

Pronunciamento do Ministro Gilmar Mendes

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Eminente **Ministro Luís Roberto Barroso**,

Eminente Ministra Cármen Lúcia, Eminentes Ministros,

Ilustre representante da Procuradoria-Geral da República,

Senhoras e Senhores,

O ocorrido na data de ontem merece atenção de todos nós.

A explosão de um carro nas proximidades da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal e a tentativa de um homem, que veio a falecer, atingir a Corte com explosivos configuram mais um ataque às instituições democráticas de nosso País. Em redes sociais, ao que se fez, o cidadão atacava o STF e difundia teorias da conspiração contra autoridades, deixando claras as suas intenções.

A reconstrução histórica dos últimos acontecimentos nacionais demonstra que o **ocorrido na noite de ontem não é um fato isolado**. Muito embora o extremismo e a intolerância tenham atingido o paroxismo em **8 de janeiro de 2023**, a ideologia rasteira que inspirou a tentativa de golpe de Estado não surgiu subitamente. Pelo contrário, o discurso de

ódio, o fanatismo político e a indústria de desinformação foram largamente estimulados pelo governo anterior.

Fruto de um sectarismo infértil, o radicalismo político grassou nas eleições de 2018, em uma campanha caracterizada pela ampla **utilização das redes sociais para difusão de ódio, ataques pessoais e fake news.** Com o encerramento das eleições e a instalação de um novo governo, em 2019, essa estratégia influenciou não apenas a comunicação oficial do Palácio do Planalto como também o discurso dos apoiadores, que radicalizaram o debate político mediante **criminalização da oposição, desprezo à alteridade e ataques sistemáticos às instituições** de controle que cerraram fileiras contra essas práticas, como a Justiça Eleitoral e a Suprema Corte.

Símbolos e feriados nacionais foram sequestrados com objetivos eleitorais, a ponto de, em 2021, a **comemoração do 7 de setembro ter sido utilizada para realização de ameaças ao Tribunal,** incitando os cidadãos ao descumprimento de decisões judiciais.

Não foram raras as manifestações públicas, organizadas e fomentadas por apoiadores do ex-Presidente da República, para **questionamento da confiabilidade das urnas eletrônicas e da Justiça Eleitoral,** um movimento que escalonou, progressivamente, conforme as pesquisas de opinião apontavam chances concretas de vitória eleitoral do candidato de oposição. Em todas essas manifestações, eram explícitas as

alusões a **propostas de fechamento do Supremo Tribunal Federal e de intervenção das Forças Armadas para deposição do governo eleito, estampadas em faixas, em discursos e em palavras de ordem.**

Nos últimos anos, foram diversos os atentados contra as instituições de Estado e os valores centrais da Democracia. Praticados pessoalmente por expoentes da extrema-direita ou por cidadãos – como o de ontem – inspirados por essas lideranças. Tais eventos deixaram marcas indeléveis na história brasileira, projetando efeitos transversais em nosso sistema político.

Rememoro, apenas para citar um caso recente, os graves **crimes cometidos pelo ex-deputado federal Daniel Silveira**, apurados nos autos do Inquérito 4.828. Em fevereiro de 2021, o ex-parlamentar foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República pela suposta prática de crimes de coação no curso do processo; incitação de animosidade entre as Forças Armadas e os poderes constitucionais; e tentativa de impedir, com emprego de violência e grave ameaça, o livre exercício das competências constitucionais do Poder Judiciário.

Na denúncia, a PGR narrou que **o acusado dirigiu ameaças diretas aos membros da Corte** em vídeos divulgados amplamente em suas redes sociais, nos quais dizia estar “disposto a matar, morrer e ser preso”. Entre as manifestações de desprezo aos poderes constitucionais, chama a atenção a declaração, feita em *live* realizada em 19 de abril de

2020, na qual o **ex-deputado incitou a população a fazer um cerco e invadir os edifícios do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, para retirar os ocupantes “na base da porrada”**. Sob o falso pretexto de atuação nos limites da liberdade de expressão, o Presidente da República à época concedeu indulto ao condenado.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt ensinam que os processos de erosão democrática ocorrem, não raras vezes, silenciosamente, sem causar alarde ou perplexidade. Segundo os autores, em muitos lugares, a erosão democrática ocorreu por mecanismos ocultos e dissimulados, muitas vezes de maneira imperceptível para a população em geral. Tais retrocessos – afirmam os autores – vicejam em ambientes de polarização extrema, em que os agentes políticos abandonam o dever de tolerância mútua e o respeito pelas instituições de Estado (Como as democracias morrem, 1ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 2018).

Uma ressalva deve ser feita em relação ao caso brasileiro. Entre nós, **as investidas contra a Democracia têm ocorrido explicitamente, à luz do dia, sem cerimônia nem pudor**. Condutas como as de ontem, juntam-se a diversas outras já vivenciadas, como **o disparo de fogos de artifício em direção ao Tribunal (evento ocorrido ainda em 2020), o desfile de tanques no 7 de setembro, pessoas inconformadas com o resultado eleitoral acampadas em frente ao Quartel-General do Exército** e as inúmeras manifestações com líderes políticos e cidadãos levantando **faixas e pedindo intervenção militar**. Vale ainda lembrar

que, em dezembro de 2022, houve **tentativa de invasão do prédio da Polícia Federal** e que, na mesma época, uma **bomba foi plantada em um caminhão que ia em direção ao aeroporto de Brasília.**

Essas situações, antes inimagináveis, passaram, infelizmente, a compor o cotidiano da política nacional. Tal tem sido a frequência dos abusos, que a consciência crítica da sociedade brasileira ficou um tanto anestesiada com tamanha desordem.

Faço esse registro histórico porque, a meu sentir, a revisitação dos fatos que antecederam aos ataques de ontem é pressuposto para a realização de um **debate racional sobre a defesa de nossas instituições**, sobre a **regulação das redes sociais** (julgamento este que se avizinha) e sobre **eventuais propostas de anistiar criminosos.**

É essencial que o Brasil e suas lideranças façam um apelo à memória, travando verdadeira luta contra o esquecimento!!

Por fim, registro que Supremo Tribunal Federal segue firme no seu propósito de defesa da Constituição Federal e das instituições democráticas.

Muito obrigado, Presidente.